



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4466, DE 2020

Altera o art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre as penalidades aplicáveis nas hipóteses de cobrança indevida de débitos.

**AUTORIA:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)

## PROJETO DE LEI Nº DE 2020

Altera o art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre as penalidades aplicáveis nas hipóteses de cobrança indevida de débitos.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se o atual parágrafo único:

“**Art. 42.** .....

§ 1º .....

§ 2º Incumbe ao fornecedor o ônus de provar a ocorrência de engano justificável na cobrança indevida.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Um dos objetivos da existência de regras específicas aplicáveis às relações de consumo é garantir o equilíbrio entre consumidores e fornecedores, tendo em vista que os primeiros muitas das vezes se encontram em situação de hipossuficiência informacional e econômica. Infelizmente, uma área onde os atritos ainda são frequentes, a despeito do extenso regramento jurídico, diz respeito a abusos relacionados à cobrança indevida de dívidas.

De acordo com nosso ordenamento jurídico, o art. 42 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) regula aquelas situações em que houve cobrança indevida e em que o consumidor pagou novamente por uma dívida já quitada. É matéria pacífica, em tais hipóteses, que não importa se a

cobrança foi judicial ou extrajudicial: não havendo erro justificável por parte do fornecedor, deve haver a devolução em dobro dos valores pagos em excesso.

Tendo ainda em vista que o art. 7º do CDC possibilita a aplicação das normas previstas no Código Civil às relações de consumo, a questão é também regulada pelo art. 940 do referido Código, que prevê, nas hipóteses de cobrança judicial de dívidas, a regra da devolução em dobro, ainda que o consumidor não tenha feito novamente o pagamento, desde que, de acordo com a jurisprudência pacífica pelo STJ, seja demonstrada a má-fé do devedor (tema repetitivo nº 622),.

São frequentes as situações em que os consumidores são cobrados por dívidas já pagas há algum tempo e, diante do risco de ter o nome inscrito nos cadastros de inadimplentes e da dificuldade em localizar o comprovante de pagamento com a celeridade requerida, terminam por pagar novamente uma dívida que já estava quitada.

Quando, entretanto, alguns poucos conseguem encontrar os comprovantes de pagamento, eles terminam por recorrer à Justiça a fim de reaver em dobro os valores pagos indevidamente, mas encontram um novo empecilho à obtenção de uma justa reparação: a dificuldade de comprovar que houve dolo ou culpa do fornecedor (ou seja, o erro não seria justificável), dado que a jurisprudência acerca de a quem incumbe tal ônus ainda não é pacífica.

Assim, com objetivo de facilitar a reparação aos consumidores lesados por cobranças indevidas, apresentamos esta proposição, que visa explicitar que cabe ao fornecedor o ônus de demonstrar a ausência de dolo ou culpa na cobrança indevida, consagrando a adoção de uma regra de responsabilidade subjetiva com presunção relativa de culpa do fornecedor.

Trata-se de uma regra em linha com os direitos básicos do consumidor inscritos no art. 6º do CDC, entre os quais está o da inversão do ônus da prova de forma a facilitar a defesa de seus direitos.

Ademais, esperamos que esse aperfeiçoamento normativo tenha ainda o condão de estimular as empresas a implementarem mecanismos mais robustos de controles de pagamento, evitando que os consumidores sejam submetidos ao constrangimento e aos inconvenientes de serem cobrados por dívidas já pagas.



Diante de todo o exposto, conto com o apoio do Senadores e Senadoras para debater, aperfeiçoar e aprovar este Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



SF/20098.07546-80

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - 8078/90

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8078>

- artigo 42